



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de instalação, manutenção e desinstalação de aparelhos de ar condicionados de 9.000 a 36.000 btus, com todos os materiais e demais serviços necessários a plena execução, para atender as secretarias municipais de educação, assistência social, administração e finanças, obras e serviços urbanos, agricultura e desenvolvimento rural, meio ambiente e governo, planejamento e desenvolvimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas;

1.3. Os bens objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme Resolução TCES nº 368, de 25 de novembro de 2022;

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua - ES, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021;

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

2.1. As especificações e quantidades dos itens objeto desta contratação constam na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 18.000 BTUs	Serviço	18	R\$ 490,00	R\$ 8.820,00
02	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 12.000 BTUs	Serviço	57	R\$ 390,00	R\$ 22.230,00
03	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 30.000 BTUs	Serviço	4	R\$ 525,00	R\$ 2.100,00
04	Instalação de aparelho de ar-condicionado 12.000 BTUs (completa)	Serviço	3	R\$ 850,00	R\$ 2.550,00
05	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 9.000 BTUs	Serviço	10	R\$ 390,00	R\$ 3.900,00
06	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 36.000 BTUs	Serviço	5	R\$ 525,00	R\$ 2.625,00
07	Instalação de ar-condicionado 24.000 BTUs (completa)	Serviço	7	R\$ 1.050,00	R\$ 7.350,00



08	Instalação de ar-condicionado 18.000 BTUs (completa)	Serviço	7	R\$ 1.050,00	R\$ 7.350,00
09	Desinstalação de ar-condicionado 18.000 BTUs (completa)	Serviço	8	R\$ 490,00	R\$ 3.920,00
10	Desinstalação de ar-condicionado 12.000 BTUs (completa)	Serviço	9	R\$ 390,00	R\$ 3.510,00
11	Manutenção de ar-condicionado eletrônico 24.000 BTUs	Serviço	2	R\$ 525,00	R\$ 1.050,00
TOTAL					R\$ 65.405,00

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por fundamento a necessidade de assegurar a continuidade da climatização dos ambientes das secretarias municipais, por meio da prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 36.000 BTUs, com fornecimento de materiais, insumos e peças pela contratada. O problema identificado consiste na recorrência de equipamentos que demandam limpeza, higienização, verificação técnica, reparos e substituição de componentes para manutenção do funcionamento adequado, situação que, quando não atendida de forma célere e contínua, compromete diretamente a salubridade dos ambientes administrativos e o desempenho das atividades públicas.

A necessidade da contratação está alinhada aos objetivos da Administração Municipal de garantir condições adequadas de trabalho e de atendimento ao público, com ambientes climatizados, salubres e compatíveis com as exigências de saúde ocupacional e eficiência administrativa. A execução dos serviços pretende reduzir falhas emergenciais, evitar paralisações dos equipamentos, melhorar a qualidade do ar interno e preservar a vida útil dos aparelhos e da infraestrutura pública, especialmente no período de temperaturas mais elevadas, quando a demanda por climatização se intensifica e os impactos da descontinuidade do serviço se tornam mais graves.

A demanda encontra-se prevista no planejamento anual da Administração, com registro no **PCA 2026** na rubrica de contratação de serviços continuados e/ou sob demanda prestados por pessoa jurídica, conforme necessidade das secretarias demandantes, havendo também referência específica à contratação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado no âmbito da SEMGOV. Assim, a contratação está formalmente alinhada ao planejamento municipal e à programação administrativa das unidades envolvidas.

A presente fundamentação está amparada nas análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a necessidade pública da contratação, o levantamento de mercado, a escolha da solução mais vantajosa e a viabilidade técnica, operacional e econômica do modelo adotado. No ETP, foram examinadas alternativas de contratação, tendo sido selecionada a solução por itens de serviço, com escopo integrado e fornecimento de peças pela contratada, por apresentar maior aderência à realidade do Município, maior celeridade de execução e menor complexidade de gestão contratual.

Embora o objeto envolva instalação e intervenções em equipamentos de climatização, a contratação se caracteriza, para fins de planejamento e execução, como **serviço comum de manutenção e apoio operacional especializado**, com rotinas padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, não se enquadrando como serviço especial de engenharia de alta complexidade. Ainda assim, exige



conhecimento técnico específico em sistemas de climatização, compatibilidade elétrica e frigorígena, além de cuidados operacionais na instalação, desinstalação e manutenção, razão pela qual a execução deverá ser realizada por empresa especializada e com capacidade técnica compatível com o objeto.

Entre as peculiaridades do serviço, destacam-se a necessidade de atendimento em múltiplas secretarias, a execução em equipamentos com diferentes capacidades (9.000 a 36.000 BTUs), a simultaneidade entre manutenção preventiva e corretiva sob demanda, e a exigência de fornecimento de materiais e peças pela contratada para garantir resolutividade e evitar paralisações prolongadas. Também se exige atenção à infraestrutura existente em cada unidade, especialmente quanto à compatibilidade com rede elétrica, drenagem e pontos de instalação, além da preservação das estruturas prediais e do funcionamento regular dos setores durante a execução dos serviços.

A execução contratual deverá observar as normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao objeto, incluindo as exigências da **Lei Federal nº 13.589/2018** (manutenção de sistemas de climatização e PMOC), as condições ambientais de trabalho previstas na **NR-17**, os parâmetros sanitários relacionados à qualidade do ar interior e as normas de segurança do trabalho aplicáveis à atividade. Também deverão ser observadas boas práticas de execução, limpeza e organização dos locais atendidos, além de cuidados com o manejo de resíduos e componentes substituídos, conforme as exigências ambientais e contratuais definidas no Termo de Referência.

Quanto ao histórico da demanda, a Administração já realizou contratação anterior com objeto semelhante, por meio do **Contrato nº 055/2025-PMAV**, decorrente da Dispensa de Licitação nº 057/2025, para serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com execução por demanda. Conforme informado pela unidade demandante, o contrato anterior não possui mais saldo disponível, o que evidencia a continuidade da necessidade e a necessidade de nova contratação para evitar interrupção dos serviços de climatização nas secretarias.

Os riscos da não contratação são relevantes e concretos, incluindo desclimatização de ambientes, prejuízo ao conforto térmico, agravamento de riscos à saúde de servidores e usuários, queda de produtividade, aumento de afastamentos, danos ao patrimônio público (equipamentos e infraestrutura) e maior incidência de gastos emergenciais com reparos corretivos. Há ainda risco de inconformidade com exigências legais e sanitárias relacionadas à manutenção de sistemas de climatização em ambientes públicos, o que reforça o dever da Administração de adotar solução adequada e contínua.

Diante desse contexto, a contratação é plenamente justificável e necessária, apresentando-se como medida adequada, eficiente e compatível com o interesse público. A solução proposta reúne condições de atender de forma eficaz a necessidade identificada, com execução tecnicamente viável, operacionalmente simples para a realidade do Município e economicamente vantajosa, contribuindo para a continuidade e melhoria dos serviços públicos prestados pelas secretarias municipais.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constantes no processo administrativo Edocs nº **2026-4W4SM**.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos e documentais necessários à execução adequada dos serviços de instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva e desinstalação de



aparelhos de ar-condicionado de 9.000 a 36.000 BTUs, com fornecimento de materiais, insumos e peças pela contratada, em conformidade com as exigências legais, normativas e operacionais aplicáveis ao objeto.

5.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, com atuação em serviços de climatização, manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado, devendo executar os serviços com equipe tecnicamente apta, ferramental adequado e observância das boas práticas de manutenção, segurança e preservação da infraestrutura predial. Os serviços deverão abranger, de forma completa, limpeza e higienização dos equipamentos, verificação de componentes elétricos e mecânicos, diagnósticos de falhas, reparos, substituição de peças, testes de funcionamento, instalações e desinstalações com todos os ajustes necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos.

5.3. Os materiais, insumos e peças utilizados deverão ser novos, de primeiro uso, compatíveis com os equipamentos atendidos e adequados às especificações técnicas de cada intervenção, sendo vedado o uso de componentes improvisados, inadequados ou que comprometam o desempenho, a segurança ou a durabilidade dos aparelhos. A contratada deverá garantir que toda intervenção seja finalizada com o equipamento em funcionamento regular, sem vazamentos, com drenagem adequada, fixação segura, desempenho compatível e sem ruídos anormais.

5.4. A execução deverá observar as normas legais e técnicas aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 13.589/2018, as exigências relacionadas à manutenção de sistemas de climatização e qualidade do ar em ambientes de uso público, as condições de conforto térmico e salubridade previstas na NR-17, bem como normas de segurança do trabalho e procedimentos técnicos pertinentes às instalações elétricas e ao manuseio de componentes de climatização. Também deverão ser observadas as exigências ambientais relativas ao manejo de resíduos, peças substituídas e fluidos refrigerantes, conforme previsto no Termo de Referência e no contrato.

5.5. Como requisitos de habilitação jurídica e fiscal, a futura contratada deverá apresentar a documentação regular exigida pela Lei nº 14.133/2021, incluindo ato constitutivo compatível com o objeto, inscrição no CNPJ, regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, regularidade com o FGTS, regularidade trabalhista (CNDT) e demais documentos obrigatórios para contratação com a Administração. A documentação deverá estar válida na fase de contratação e ser mantida regular durante toda a execução contratual.

5.6. Como requisitos de qualificação técnica, deverá ser exigida comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução anterior de serviços de manutenção e/ou instalação de aparelhos de ar-condicionado. Poderá ser exigida, ainda, declaração de que a empresa dispõe ou disporá, para a execução contratual, de equipe técnica e instrumentos adequados à prestação dos serviços. A exigência deverá ser proporcional ao objeto, sem restrição indevida à competitividade.

5.7. Como requisitos de qualificação econômico-financeira, deverão ser exigidos os documentos mínimos legalmente previstos, em especial certidão negativa de falência e recuperação judicial (ou documento equivalente, conforme natureza jurídica da empresa), resguardadas as hipóteses legais aplicáveis, de forma a demonstrar a capacidade da contratada de assumir e executar o objeto sem risco relevante de descontinuidade.

5.8. No aspecto operacional, a contratada deverá atender às solicitações da Administração dentro dos prazos definidos no Termo de Referência, com execução programada para manutenção preventiva e



atendimento sob demanda para manutenção corretiva, instalação e desinstalação. Deverá manter comunicação formal com o fiscal do contrato, registrar todas as ordens de serviço atendidas e apresentar relatório de execução contendo, no mínimo, identificação do equipamento, local de atendimento, tipo de serviço realizado, peças e materiais aplicados, diagnóstico da ocorrência, data de execução e identificação do responsável técnico pela intervenção.

5.9. Também constituem requisitos da contratação a execução dos serviços com organização, limpeza e segurança, o uso de equipamentos de proteção individual pelos profissionais da contratada e a entrega dos ambientes em condições adequadas de uso após cada atendimento, com retirada de resíduos, sobras de materiais e peças substituídas. Nos casos de manutenção corretiva e instalação, a aceitação do serviço ficará condicionada à verificação do funcionamento do equipamento pela fiscalização contratual.

5.10. Por se tratar de contratação em lote único, com escopo integrado e fornecimento de peças pela contratada, a empresa deverá possuir capacidade de atender de forma contínua e coordenada todas as secretarias demandantes, assumindo responsabilidade integral pela execução dos serviços e pela qualidade dos materiais e peças empregados. Esse requisito é essencial para garantir celeridade, padronização da execução e efetividade da solução contratada.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

8.1. Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pela administração.

8.2. Os serviços a serem prestados no local indicado pela PMAV ficará a cargo da CONTRATADA, a quem caberá providenciar o transporte e mão de obra necessária, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

8.3. Os serviços serão prestados em conformidade com a demanda da administração, devendo a CONTRATADA emitir as notas fiscais após a execução e ateste dos serviços prestados;

8.4. Verificada alguma irregularidade, os serviços serão rejeitados, ficando a CONTRATADA responsável por reparar os serviços até que os mesmos sejam aprovados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

### **Dos Prazos de Entrega e Critérios De Recebimento**

8.5. O prazo para execução dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou cópia da Nota de Empenho, prorrogáveis por igual período, a critério da fiscalização, mediante solicitação encaminhada antes do vencimento do prazo e devidamente fundamentada e justificada pela CONTRATADA;



8.5.1. Na hipótese de a CONTRATADA solicitar nova prorrogação, a decisão caberá à Secretaria Requisitante.

8.6. Após a entrega, os serviços serão recebidos:

8.6.1. **PROVISORIAMENTE** pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.;

8.6.1.1. O recebimento provisório dos serviços não implica em sua aceitação definitiva;

8.6.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.6.1.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

8.6.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.6.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6.2 **DEFINITIVAMENTE** no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. A recusa da CONTRATADA em corrigir/refazer/substituir o(s) serviço(s) reprovado(s) nos testes será considerada descumprimento contratual, ensejando a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## **9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

9.1. A CONTRATADA deverá ofertar garantia dos serviços prestados pelo prazo de 90 (noventa) dias.

## **10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a PMAV poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,



que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do DECRETO Nº 061, DE 07 DE JANEIRO DE 2025;

10.3.1 O Fiscal Titular será exercido por servidor devidamente indicado pela unidade demandante e formalmente designados pela Administração, para acompanhar a entrega dos objetos conforme este Termo de Referência, nos termos do DECRETO Nº 061, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

10.4. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da PMAV e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

10.5. A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando aplicável), com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 1 (um) dia útil que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, observando o prazo de prorrogação previsto no item 8.6 deste Termo de Referência;

11.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.7. Transportar os produtos e disponibilizar mão de obra especializada para entrega deles;

11.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.9. Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos dentro do prazo de garantia;

11.10. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;

11.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e



qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE;

11.11.1. Ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.12. Encaminhar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e o relatório de adimplemento de encargos;

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.14. Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail e demais formas de comunicação para abertura de chamados e envio de notificações, comunicando-o em até 1 (um) dia útil caso haja qualquer alteração;

11.15. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

11.16. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.17. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.18. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação na contratação direta;

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

11.22. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

11.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.24. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



11.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência e seus anexos;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

12.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.4.1. As notificações se darão por meio eletrônico (e-mail) a ser fornecido pela CONTRATADA quando da assinatura contratual ou da apresentação da proposta, ficando a cargo desta avisar em até 1 (um) dia útil, qualquer alteração deste no curso do contrato;

12.4.2. Considerar-se-á lido o e-mail pela CONTRATADA após 2 (dois) dias úteis do seu envio.

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, designando servidores com competência necessária para promover o recebimento dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;

12.6. Anotar em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento dos produtos;

12.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.8. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

12.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

12.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

12.11. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

12.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



12.13. Restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

### **13. DAS SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21;

13.2.4. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) nos casos de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

13.2.5. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) pelas infrações descritas no item 13.1;

13.2.6. O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato autoriza a Administração a promover sua extinção, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

13.2.6.1. No caso anterior, fica autorizado o CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.7. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas neste Termo de Referência.

13.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);



13.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

13.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13.5.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

13.5.3. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será em parcela única, mediante o fornecimento a PMAV de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a respectiva apresentação;

14.1.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 / 100 \times ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

14.1.2. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice VRTE de correção monetária.



14.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, eles serão devolvidos à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

14.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

14.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado a PMAV, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

14.6. A PMAV poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações, na forma do inciso IV do art. 139 da Lei 14.133/2021.

14.7. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

14.8. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por meio de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

14.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.10. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.11. Independentemente do percentual de tributo inserido pela CONTRATADA na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua para o exercício de 2026.

## **16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 65.405,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinco reais)** conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

16.2. O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no Mapa Comparativo de Preço;

16.3. Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

16.4. Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço;

16.5. O preço deverá ser fixo e irrevogável;

16.6. Os orçamentos providos pelos fornecedores na fase interna da contratação e as propostas apresentadas na fase externa terão prazo de validade mínimo de 60 dias;

## **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17.1. O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de licitação na **modalidade dispensa**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**;

17.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, nos moldes previstos no edital, acrescidos dos descritos neste Termo de Referência;

### **Da Qualificação Técnica Profissional**

17.3. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional Engenheiro Eletrecista e/ou Técnicos Industriais com atribuições para desenvolver as atividades relacionadas, devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou Conselho Regional/Federal dos Técnicos Industriais – CRT/CFT.

17.3.1. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da



Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- i. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
  - ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
  - iii. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
  - iv. Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.
- e) Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

17.4. Comprovação de que o profissional responsável técnico pela execução da obra seja detentor de pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT – devidamente registrada no respectivo conselho, referente à execução de serviços semelhantes (de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior) aos previstos nesta contratação – construção ou reforma de edificação;

17.5. Declarações conforme Anexos do Edital.

## **18. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

18.1. As especificações técnicas, objetivos, justificativas e contornos da contratação foram estruturadas pelos (as) servidor (es) que assinaram o documento via edocs, cujos esclarecimentos e informações poderão ser prestados através do e-mail [gabinete@pmav.es.gov.br](mailto:gabinete@pmav.es.gov.br);

Atílio Vivacqua/ES, 24 de fevereiro de 2026.

*\*\*\*assinado eletronicamente pelos responsáveis via e-docs\*\*\**

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**LUCIANO SANTOS SOBRAL**  
SECRET. MUNICIPAL  
SEMAF - SEMAF - PMAV  
assinado em 24/02/2026 11:06:35 -03:00

**ELIETE ANTONELI AUGUSTINHO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL  
SEMAS - SEMAS - PMAV  
assinado em 24/02/2026 13:51:48 -03:00

**GABRIEL COELHO ROCHA**  
SECRET. MUNICIPAL  
SEMGOV - SEMGOV - PMAV  
assinado em 25/02/2026 11:03:48 -03:00

**PAULO CALDEIRA BUROCK JUNIOR**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL  
SEME - SEME - PMAV  
assinado em 24/02/2026 10:22:39 -03:00

**MÁRIO SÉRGIO FRANÇA BRITO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL  
SEMUR - SEMUR - PMAV  
assinado em 24/02/2026 10:37:58 -03:00

**MÁRCIO MENEGUSSI MENON**  
SECRET. MUNICIPAL  
SEMMA - SEMMA - PMAV  
assinado em 24/02/2026 10:20:48 -03:00

**ROBERTO ALEMONGE DE SOUZA**  
SECRET. MUNICIPAL  
SEMADER - SEMADER - PMAV  
assinado em 24/02/2026 10:26:43 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 25/02/2026 11:03:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por WILLIAM DE ARAUJO CONSTANTINO (AGENTE DE CONTRATACAO - SEMAF/NLIC - SEMAF - PMAV)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-R7G328>